

## **INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

### **ART. 75, INCISO II E §3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

O MUNICÍPIO DE CIANORTE/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº76.309.806/0001-28 com sede n. Centro Cívico, nº 100, zona 01, na cidade de Cianorte/PR, CEP 87200-127, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Marco Antônio Franzato, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse **em realizar a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação de kit doado pelo IAT para funcionamento de poço artesiano na Comunidade Pão de Açúcar em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura.. Na forma descritiva e requisitos constantes no Termo de Referência em anexo.** Considerando o exposto e a intenção de realização de dispensa de licitação para a contratação direta do objeto acima especificado, a Prefeitura TORNA PÚBLICO o interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados pelo prazo de 03 (três) dias úteis a contar dessa publicação. A manifestação de interesse e orçamentos deve ser enviada para o e-mail: [agricultura@cianorte.pr.gov.br](mailto:agricultura@cianorte.pr.gov.br). Cianorte-PR, 24 de abril de 2024 Marco Antônio Franzato – Prefeito Municipal. PUBLIQUE-SE





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE**  
**Estado do Paraná**  
**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Fomento**  
**Agropecuário**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÕES**

Em atenção ao disposto na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), vimos por meio desta requerer a abertura de Processo Licitatório, modalidade Dispensa por limite, nos termos a seguir elencados.

**1. Órgão Solicitante**

Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Fomento Agropecuário

**2. Modalidade SRP (Sistema de Registro de Preços) ou Comum?**

( ) Sistema de Registro de Preços

(x) Contratação Comum

**3. Definição do Objeto**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação de kit doado pelo IAT para funcionamento de poço artesiano na Comunidade Pão de Açúcar em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura.

**4. Especificação do Serviço**

Item	Código	Qtde.	Unid. de Medida	Descrição	Valor unit.	Valor total
1	64770	1	SVÇ	Serviço de instalação de KIT doado pelo Instituto Água e Terra (IAT) para a implantação do Poço Artesiano na comunidade do Pão de Açúcar - Cianorte-PR, conforme convênio nº 840/2022, tendo os seguintes itens: 1 motobomba, 1 painel de comando, 148 metros de cabo elétrico 3x10mm, 23 tubos galvanizados 1.1/2 - 48,30 x 3,00, 23 luvas galvanizadas mm 90° 1.1/2, 1 curva galvanizada mm 90° 1.1/2, 1 flange mega 6 x 1.1/2 - P/ 4.000 kg, 1 União galvanizada AF 1 1/2, 1 niple 1 1/2, 1 válvula R. horizontal 1 1/2.	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00

**5. Da Fundamentação e Descrição da Necessidade**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos existentes no Estudo Técnico Preliminar.

Para a contratação dos serviços pretendidos pela Administração Pública Municipal mediante a utilização do inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6. Descrição da Solução**

A Descrição da Solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico existente no Estudo Técnico Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

**7. Da Estimativa de Valor**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme custos apresentados no quadro comparativo de preços abaixo.

Item	Código	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Orçamento 4 – Orçamento do Servidor
1	64770	R\$ 2.400,00	R\$ 2.850,00	R\$ 3.200,00	R\$ 2.800,00
<b>Total</b>		R\$ 2.400,00	R\$ 2.850,00	R\$ 3.200,00	R\$ 2.800,00

**8. Da Adequação Orçamentária**

As despesas decorrentes desta solicitação serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Classificação Funcional Programática	Atividade/Projeto/Elemento de Despesa	Fonte	Reduzido
10.005.20.605.0016.2.084	Apoio ao Desenvolvimento Rural / 3.3.90.39 / Outros Serviços de Terceiros - PJ	1000	536





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE**  
**Estado do Paraná**  
**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Fomento**  
**Agropecuário**

Recursos próprios do município.

**9. Dos Prazos de Vigência e Execução**

O prazo de execução de 60 (sessenta) dias e de vigência será de 90 (noventa) dias, após assinatura do contrato.

**10. Critérios de Medição e/ou de Pagamento**

O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo fiscal do contrato que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

O recebimento provisório será feito 1 (um) dia após o término do serviço e o recebimento definitivo será realizado 5 (cinco) dias após o término do recebimento provisório, onde será analisado se a instalação foi realizada de maneira adequada e se o poço estará em perfeito funcionamento.

Os pagamentos serão efetuados em até 10 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cadastro Nacional de Inscrição e de Situação Cadastral.
- b) negativa de débito de FGTS;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

**11. Da Existência de Licitação Anterior**

Não há.

**12. Da Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**

**12.1. Da Forma de Seleção**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob adoção do critério de MENOR VALOR.

**13. Da Gestão e Fiscalização do Contrato**

**13.1. Da Gestão do Contrato**

A gestão do Contrato será atribuída a Servidora Giovanna Monteiro de Melo, RG 14.869.587-3, CPF 127.681.159-40, ocupante do cargo de Assessora de Apoio a Agricultura Familiar e Inspeção Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, vide ato de designação em anexo.

**13.1 Da Fiscalização do Contrato**

A Fiscalização do Contrato será atribuída ao Servidor Klauber Welington Comar, RG 65265257, CPF 005.790.999-70, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, lotado na Secretaria de Agricultura, vide ato de designação em anexo.

**14. Dos Requisitos da Contratação:**

- a) Critérios de Sustentabilidade;  
Não se aplica.
- b) Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);  
Não se aplica
- c) Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço;  
Não se aplica
- d) Exigência de Amostras;  
Não se aplica
- e) Previsão de Subcontratação (CAPÍTULO XX do nosso Decreto Municipal)  
Não se aplica.

**15. Justificativa para o Parcelamento ou Não do Objeto**

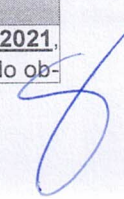
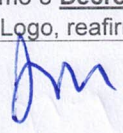
Não se aplica.

**16. Da Participação Exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MPE)**

Não se aplica.

**17. Da Declaração de que o Objeto Demandado Não se Enquadra como Artigo De Luxo**

Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 237/2021, declaramos que os itens a serem adquiridos não compreendem artigos de luxo. Logo, reafirmamos que os itens do ob-







**PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE**  
**Estado do Paraná**  
**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Fomento**  
**Agropecuário**

jeto em questão são de qualidade comum e não superior à necessária finalidade à qual se destina.

**18. Do Modelo de Execução do Objeto**

18.1. A empresa contratada deverá concluir os serviços no prazo de 60 (sessenta) dias, na Comunidade Pão de Açúcar, Estrada Pão de Açúcar, Cianorte-PR

Responsável: Henrique Paulo Marangoni

Contato: [agricultura@cianorte.pr.gov.br](mailto:agricultura@cianorte.pr.gov.br) (44) 3619-6326

18.2. Caso não seja possível a realização do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**19. Do Modelo de Gestão do Contrato**

Quanto ao inciso I do Decreto Municipal 31/2023, já está descrito no item 13 deste termo, quais serão os agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;

Quanto ao inciso II do Decreto Municipal 31/2023, a forma de pagamento do objeto contratado já se encontra descrito no item 10 deste termo.

Quanto ao inciso III do Decreto Municipal 31/2023, a empresa contratada deverá manter durante a execução do contrato/atas todas as condições de habilitação exigidas na dispensa de licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

Quanto ao inciso IV do Decreto Municipal 31/2023 já está descrito no item 10 deste termo.

Quanto ao inciso V do Decreto Municipal 31/2023 já está descrito no item 10 deste termo.

Quanto ao inciso VI do Decreto Municipal 31/2023, sobre as sanções, glosas e extinção do contrato.

O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1. O contratado será responsabilizado administrativamente conforme infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como Decreto Municipal 31/2023, Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

**I. Advertência:**

- Aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**II. Multa:**

- Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.
- Moratória de 10% sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada de até 05 (cinco) dias consecutivos, para a entrega dos itens/lotos ofertados, nos prazos previstos neste edital.
- Moratória de 0,33% por dia sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 30% do valor do contrato licitado ou celebrado, pelo atraso ou demora injustificados de até 02 (dois) dias consecutivos de atraso ou





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE**  
**Estado do Paraná**  
**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Fomento**  
**Agropecuário**

de demora para a entrega dos itens/lotos ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, limitado ao valor do contrato.

**III. Impedimento de licitar e contratar:**

– Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:**

– Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar disposto no item “9.2, inciso III” e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

1.2. As sanções previstas nos “incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II.

1.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

1.4. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

**DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

A análise dos critérios para verificação de ocorrência dos motivos para extinção contratual previstos observarão o Decreto Municipal nº 31/2023, bem como as disposições contidas no Decreto Municipal nº 141/2020.

O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma fi-





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE**  
**Estado do Paraná**  
**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Fomento**  
**Agropecuário**

cando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a extinção Contratual e a aplicação da multa.

A extinção do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Declarada a extinção do Contrato, que vigorará a partir da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos, não criando dificuldades de qualquer natureza

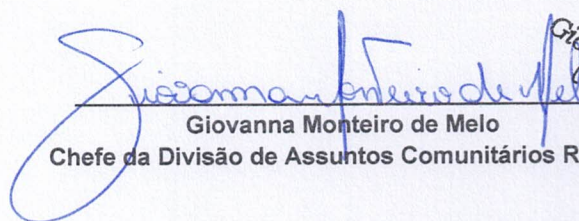
**20. Das Disposições Finais**

Em caso de informações omissas, este Processo Licitatório e todos os seus atos ocorrerão em conformidade com o que rege a Lei 14.133/2021 e o Decreto Municipal 31/2023.

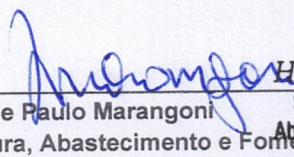
Nestes termos, pede-se prosseguimento.

Cianorte - PR, 23 de abril de 2024.

Solicitante:

  
Giovanna Monteiro de Melo  
Chefe da Divisão de Assuntos Comunitários Rurais

Autorizo:

  
Henrique Paulo Marangoni  
Secretário Municipal de Agricultura,  
Abastecimento e Fomento Agropecuário